

AS DROGAS DO SERTÃO: A EXPLORAÇÃO DA QUINA PELA VIAGEM DE VICENTE JORGE DIAS CABRAL (1800-1803)

Samara de Almeida Ramos¹

Introdução

Nas minhas observações segui o mesmo sistema da natureza principiando pelos animais, minerais e vegetais, nos muitos minerais nada faço que um roteiro porque estou continuando o giro da jornada, possível não fazer a necessária análise. Nos vegetais verá vossa excelência um grande número dos indivíduos orgânicos já conhecidos e que servirão as necessidades dos homens e servirão na tinturaria, cujo estou seguindo o sistema que me regulei pelos anos. (BN-RJ, MS I, 12, 2, 11)

Na citação acima Vicente Jorge Dias Cabral², que viajou pelo sertão do Maranhão entre 1800 a 1803 em busca de produtos naturais, salientou no seu relato de viagem que seguiu o sistema de classificação taxônomica do sueco *Carl Von Lineu*, para catalogar os produtos da natureza por ele explorados. Nesse sentido a divisão dos produtos foi da seguinte forma: *Reino animal, Reino Vegetal e Mineral*. Outra questão importante observado pelo viajante foi referente ao reino vegetal, no qual foi feito uma rica análise das plantas encontradas no sertão. Marie Bourguet (1992) enfatizou duas explicações para a grande atração dos viajantes do iluminismo pelo Reino Vegetal:

A curiosidade manifestada pelos homens das luzes em relação às plantas tem duas explicações. Apesar da dificuldade dos viajantes em submeter a exuberância das vegetações tropicais às categorias de uma classificação pensada a partir da flora europeia, e apesar do verdadeiro absurdo que representa para eles a pretensão do sueco Lineu de dispor da flor e do fruto de cada planta para uma identificação segura, a botânica justifica a esperança de chegar a uma nomenclatura sistemática do mundo natural que satisfaça assim o gosto enciclopédico do século pelo inventário e pela taxonomia. Além disso, uma preocupação econômica e utilitarista impulsionou a procura de plantas novas para a sua aclimação na Europa e no mundo (BOURGUET, 1992, p. 233).

Além do impulso pelo desenvolvimento científico, havia uma preocupação econômica na exploração do Reino vegetal, o que impulsionava a maior exploração desse

¹ Mestranda no PPGHIST (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, bolsista UEMA.

² Filho de Thomaz Pereira Cabral nasceu em Tejuco, atual Diamantina em Minas Gerais, fez parte da segunda leva de estudantes da América portuguesa na Universidade de Coimbra, estudou Filosofia formando em 29 de julho de 1789 e Direito formando em sete de julho de 1794, adquirindo a formação de Bacharel em leis e naturalista.

Reino. Vicente Jorge Dias Cabral, por exemplo, catalogou as plantas encontradas no sertão do Maranhão, destacando as suas utilidades, pensando suas propriedades medicinais, a utilização das madeiras para as construções, além de observar a beleza, aconselhando o uso delas para decoração dos ambientes e jardins. Dentre as plantas catalogadas por Vicente Cabral, neste ensaio analiso a exploração da *quina*, uma planta com propriedades medicinais muito usada na época para o tratamento de febres. Divido então, este artigo em duas partes: *A política do Reformismo Ilustrado no sertão do Maranhão* e *A exploração da quina pela viagem de Vicente Jorge Dias Cabral* a partir da análise dos documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (relatório da viagem) e do Arquivo Histórico Ultramarino - (AHU-MA).

A política do reformismo ilustrado no sertão do Maranhão

No período conhecido pela historiografia como *viradeira* (passagem do século XVIII para o XIX), grande parte do continente europeu estava influenciado pelos ideais defendidos pela *Revolução francesa* e pelo *Iluminismo*. Esses dois movimentos pautados na *razão*, nasceram com críticas a sociedade da época. A organização social no século XVIII e XIX estava pautada nas ordens clerical e no poder absoluto dos reis europeus. A França, como é sabido, se transformará no centro de importantes acontecimentos e os ideais defendidos pelos membros da Revolução (*de igualdade, liberdade e fraternidade*) foram propagados por quase toda a Europa e chegaram também às Américas motivando em alguns lugares anseios de liberdade.

A Coroa portuguesa precisava adequar-se ao contexto europeu. Pois, o cientificismo era a base desse pensamento que estava vigente e “os letrados da época se dedicaram à reflexão sobre as tensões existentes na sociedade e guiados pelas luzes da razão pregavam o combate às trevas e a tirania dos governantes e redefiniram a posição do homem na sociedade” (LYRA, 1994, p. 32). Acreditava-se que por meio do racionalismo se abandonariam as antigas práticas para que assim, a sociedade pudesse avançar, por meio das “luzes da ciência” e da razão. Mas essas “novas ideias” não influenciaram de maneira homogênea todos os países, e nesse sentido:

Em outros países da Europa estas “novas ideias” geraram a política do “reformismo ilustrado”, que consistiu na absorção, por parte dos governantes ou dos seus ministros, de alguns destes novos princípios, e na conseqüente adoção de uma

política de reformas em questões pontuais do sistema para evitar um movimento de pressão que provocasse o abalo das estruturas vigente (LYRA, 1944, p. 32).

Então, o Iluminismo Europeu deu-se de forma diferente em cada região, a política do “Reformismo Ilustrado” em Portugal, por exemplo, utilizou-se de alguns princípios do Iluminismo e buscou um melhor aproveitamento técnico-científico, para o fortalecimento da Coroa portuguesa, que nesse momento temia que os ideais de liberdade se expandisse pelos seus domínios ultramarinos. Para a manutenção do império em Portugal foi proposto um conjunto de reformas pontuais no sistema, como por exemplo, as reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal.

As reformas conduzidas no governo de D. José I, pelo secretário dos negócios do reino Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal¹, é um exemplo, como já destacamos de adoção da prática reformista. As reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal foi um elemento chave nesse processo e deram-se com o intuito de estatização do ensino, buscando uma ruptura com o modelo educacional que estava vigorando naquele momento. Essa ruptura deu-se, por exemplo, com a expulsão dos jesuítas (considerados símbolos do atraso de Portugal).

Dentro desse programa de reformas educacionais promovidas por Pombal, temos a reforma na Universidade de Coimbra, elemento chave para esse trabalho. A Universidade foi o lugar formador de uma geração de letrados no final dos setecentos. Uma questão importante no processo de reforma foi à inserção do curso de *Filosofia Natural*, para os cursos de Medicina, Teologia e Leis, nos quais foram inseridos os estudos das ciências: História Natural, Física experimental e Química. Os novos estatutos foram concretizados em 1772.

A disciplina *História Natural* teve grande importância na reforma da Universidade de Coimbra, pois, nos séculos XVIII e XIX, era um estudo do conjunto das ciências que tinham por objetivo conhecer, tanto os seres orgânicos, como os inorgânicos que compõem o globo, em um estudo completo sobre os três reinos da natureza: animal, vegetal e mineral (CRISTÓVÃO, 2002, p. 186). Essa disciplina era então, obrigatória para qualquer aluno que fosse estudar em Coimbra após a reforma. Da reformada Universidade foram preparados os naturalistas que serviriam a Coroa depois de formados, e portanto:

¹ A importância de Pombal a Coroa portuguesa se dá também por conta da reconstrução de Lisboa, após terremoto em 1755, ocasião que lhe deu o título de Conde de Oeiras em 1759 e posteriormente em 1769 o título de Marques de Pombal

O movimento desses integrantes da elite colonial brasileira deu-se em dois sentidos. Inicialmente, partindo da colônia, dirigiam-se à metrópole para estudar na “nova” Universidade de Coimbra, acabada de reformar pelo marquês de Pombal. Daí após a formação acadêmica muitos desses brasileiros faria um segundo movimento, e em sentido inverso, juntar-se-iam ao fluxo de portugueses do reino que partiam da metrópole para os territórios coloniais, agora já na qualidade de profissional a serviço da coroa (PEREIRA, 2014, p. 9).

Uma grande quantidade de jovens da elite da América portuguesa fez um duplo movimento: foram estudar na Universidade reformada e depois de concluído os estudos foram contratados pela Coroa portuguesa para serviços no reino e no ultramar. E, portanto, “da universidade de Coimbra nascia um novo tipo de profissional: O naturalista, que contribuiria com os seus conhecimentos científicos para desvendar as potencialidades econômicas nas metrópoles e nas colônias.” (PEREIRA, 2014, p. 09). Os naturalistas pertenciam a uma geração que devia lealdade à Coroa, na medida em que muitos destes receberam o que hoje chamamos bolsas de estudos.

Em decorrência do afastamento do Marquês de Pombal, o Ministério da Marinha e Ultramar ficou sob responsabilidade de Martinho de Mello e Castro², que assumiu no início do reinado de D. Maria I. Mello e Castro organizou e realizou algumas expedições exploratórias para conhecimento das então colônias portuguesas na África e na América. Essas primeiras expedições tinham como objetivo inicial abastecer de produtos naturais o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda. Após a morte de Martinho de Mello e Castro D. Rodrigo de Sousa Coutinho³ assumiu o referido Ministério. O novo ministro deu continuidade aos programas de reformas em andamento, seu programa foi pautado na articulação entre a ciência, economia e o Estado português, visando principalmente o fortalecimento da Coroa, por meio da exploração de produtos naturais das suas colônias.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho em seu governo cercou-se de bacharéis e cientistas, oriundos da reformada Universidade de Coimbra, e foi, portanto, devido “as dificuldades dos portugueses em seus domínios no Oriente provocará uma grande valorização crescente no Brasil, cuja natureza tropical e desconhecida parecia ofertar enorme manancial de tesouros

² Segundo Ronald Raminelli (2008), nasceu em Lisboa em 1716, filho de Francisco de Mello e Castro, estudou na Universidade de Évora, onde cursou latinidade, filosofia e teologia. Em Coimbra frequentou as aulas de Direito canônico e formou-se bacharel em 1744, com a morte de Francisco Xavier Furtado de Mendonça, teve que regressar ao reino e assumir o cargo de secretário de Estado pelo decreto de 4 janeiro de 1770.

³ De acordo com Magnus Roberto (2014), nascido em 1755, pertencia a uma família nobre e destacada, seu pai foi embaixador e governador de Angola, era afilhado de batismo de Pombal, estudou no Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra. Em 1778 foi nomeado diplomata português junto à corte de Sardenha em Turim. Entre 1801 a 1803, foi presidente do Real Erário e entre 1808 a 1812 na regência de D. João VI foi ministro de guerra e negócios estrangeiros. Em 1808 foi agraciado Conde de Linhares e faleceu no Rio de Janeiro em 1812.

ocultos” (DIAS, 1968, p. 113). As dificuldades mencionadas fizeram com que D. Rodrigo se cercasse dos letrados que eram em grande maioria da América portuguesa, por conta da quantidade de riqueza natural foi priorizado esta parte do reino no seu programa reformista.

Foi promovido uma política voltada também para a inovação científica, pois, “a ciência tornou-se instrumento estatal para consolidar suas possessões, dinamizar o comércio entre o reino e ultramar” (RAMINELLI, 2008, p. 94). Houve, portanto, como já foi apontada a incorporação de jovens da elite da América portuguesa no programa de reformas. Um dos mecanismos muito usado pelo estado português foram as chamadas “*viagens filosóficas*” de caráter exploratório, para um melhor aproveitamento das terras que ainda não haviam sido exploradas pela Coroa. Uma viagem para ser considerada filosófica:

[...] deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo. Mas a História Natural não reunia apenas estudos das espécies, mas incluía conhecimento para manipular minerais, domesticar plantas e animais. Os naturalistas atuavam, portanto como economistas, etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza (RAMINELLI, 2008, p. 97).

As viagens filosóficas para além de uma lógica de exploração das colônias portuguesas estavam inseridas em um contexto de desenvolvimento da ciência, pois como já destaquei “na época moderna, a ciência estava profundamente atrelados interesses da nobreza e do Estado, em simbiose primordial ao avanço das ciências” (RAMINELLI, 2008, p. 83). Acreditava-se que os estudos científicos tirariam as nações do atraso. As viagens tinham como objetivo para além do conhecimento, a manipulação e exploração de produtos que pudessem impulsionar a economia portuguesa. E essa busca por matérias primas:

[...] fazia parte da pauta das viagens filosóficas organizadas pela Coroa portuguesa. A tentativa de conhecer o interior dos territórios, os pormenores e os detalhes do mundo natural estavam intimamente ligadas na preparação das viagens. A busca pelos recursos naturais estava inserida num contexto em que maior parte das riquezas fabulosas do Novo mundo, que havia encantado centenas de exploradores durante séculos, já não existia. Os tesouros reais já haviam sido descobertos e os mistérios das riquezas mitológicas desvendadas (BONATO, 2010, p. 116).

As viagens filosóficas com o caráter de conhecimento territorial e aproveitamento econômico dos produtos naturais começaram a ser realizadas a partir do ano de 1783 e ficaram sob responsabilidade do Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos, que determinavam o território, o possível trajeto e a possível duração das viagens. As expedições

foram planejadas inicialmente pelo médico naturalista e professor na Universidade de Coimbra Domingos Vandelli.

As *viagens filosóficas* objetivavam a sistematização dos três reinos da natureza. No primeiro momento as viagens buscavam o reconhecimento territorial e humano das colônias portuguesas, percebe-se isso nas viagens organizadas pelo ministro Martinho de Mello e Castro. Já as promovidas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho tiveram um caráter mais economicistas. Os produtos procurados pelos naturalistas eram explorados pensando também suas propriedades para o comércio e em função disso para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido as viagens filosóficas diferem das viagens políticas, pois:

Na viagem política o viajante deveria concentrar-se na averiguação das características dos cidadãos (número, gênio, índole, etc.), nas leis, na jurisprudência, na indústria, na agricultura, nos transportes e no comércio. Já na viagem filosófica, alguns itens a serem investigados constituíam-se em: situação geográfica, hidrografia, tipo de terreno (estudos dos solos), a forma das montanhas (indicando seus produtos, vales e utilidades) e por fim os produtos dos Reinos animal, vegetal e mineral. Porém vale destacar que a maior parte das viagens era executada com características filosóficas e políticas que se integravam fortemente (PATAÇA 2006, p. 12).

As viagens filosóficas só diferem das políticas, pois, estavam mais preocupadas com a natureza e com a exploração dos produtos naturais, e em grande parte dos casos, não estavam preocupadas com o estudo das populações das regiões exploradas pelos viajantes. As referidas viagens filosóficas estavam inseridas no contexto político da época, como já foi citado e buscavam o fortalecimento econômico da Coroa portuguesa, além de estreitar as relações das colônias no Ultramar. A seguir um quadro com algumas viagens filosóficas:

Tabela 1: Viagens filosóficas

Viajante	Localidade
Francisco Antônio Sampaio.	Bahia.
Alexandre Rodrigues Ferreira.	Rio Negro.
Joaquim de Amorim e Castro.	Bahia.
Frei José Mariano da Conceição Veloso.	Rio de Janeiro.
Baltasar da Silva Lisboa.	Rio de Janeiro e Bahia.
José Vieira Couto.	Minas Gerais.

Fonte: PATAÇA, Ermelinda. Terra, água, ar nas viagens científicas portuguesas. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

Dentre as viagens citadas no quadro acima centralizo minha análise na viagem filosófica feita pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, de caráter exploratório para o sertão do Maranhão entre 1800 e 1803. Os viajantes nesse contexto produziram um material extremamente rico: diários, memórias, desenhos, relatórios, mapas, iconografias, no entanto os trabalhos historiográficos relacionados à temática ainda são escassos no Maranhão.

A exploração da *quina* pela viagem de Vicente Jorge Dias Cabral

As *viagens filosóficas* buscaram, como já foi observado, um detalhamento, catalogação e exploração da natureza. A política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho devido a conjuntura bélica do período, baseava-se na exploração de salitreiras naturais, já que o salitre era a matéria prima essencial para a produção de pólvora (mistura de salitre, enxofre e carvão) naquela época. Pois, em:

Em linhas gerais, as questões que orientam os naturalistas no campo foram sobre: as ocorrências de salitre, a introdução de novos gêneros a agrícolas, especialmente a cochonilha, a quina, a anil, o cacau, o café, o desenvolvimento agroindustrial impulsionado pelas inovações técnicas introduzidas na agricultura, um minucioso inventário dos recursos hídricos e dos possíveis canais de ligação entre as capitanias (PATAÇA, 2006, p. 400).

Nesse sentido foram enviados vários naturalistas aos sertões da América portuguesa, que a serviço da Coroa buscavam salitre e produtos naturais (quina, cochonilha, anil, cacau, café, dentre outros) que pudessem ser explorados economicamente por Portugal. Na capitania do Maranhão, por exemplo, essa busca se intensificou no governo de D. Diogo de Sousa⁴, que com ajuda de Vicente Jorge Dias Cabral, catalogou e explorou o salitre e também a *quina* no sertão.

O então governador da capitania do Maranhão, D. Diogo de Sousa pretendia enviar o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral para uma “*viagem filosófica*” ao sertão do Maranhão, com

⁴ De acordo com Mario Meireles (1979) D. Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Menezes nasceu em Lisboa em 17 de maio de 1765, fidalgo da casa real, doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, governava desde 1793 a capitania de Moçambique na África Ocidental e que por decreto de 13 de janeiro de 1798 foi nomeado governador e capitão general da Capitania do Maranhão e Piauí. Faleceu em Lisboa em 12 de junho de 1829 aos sessenta e quatro anos. Dentre seu trabalho como governador e capitão general (criação de cemitérios resolveu o problema hospitalar, investiu na defesa militar, dentre outros). Juntamente com o Bispo desta diocese propôs a criação de um colégio para a educação da mocidade, num sistema combinado de colégio e aulas públicas. Essas aulas eram apenas três (Filosofia, Retórica e Gramática). D. Diogo propôs a criação de uma quarta cadeira de História Natural e Química, por conta do seu interesse relacionado à exploração científica

o intuito do viajante fazer possíveis exames e estudos sobre a quina, o salitre e diversos produtos dos três reinos da natureza. Em 30 de abril de 1799 por meio de um ofício, Vicente Jorge Dias Cabral se colocou a disposição da Coroa para o real serviço:

Sempre ansioso de empregar-me no serviço de sua majestade, segui carreira indo estudar na Universidade de Coimbra, e ali me apliquei a filosofia fazendo formatura nesta ciência como também no Direito civil, querendo facilitar o emprego já pelo meio das ciências naturais, já pelas positivas. Tendo conseguido estes preliminares li tão bem no documento do paço, e logo me conduzi a respeitável presença de vossa excelência na persuasão, que a cabe do meu negócio seria breve, mas para infelicidade minha não obtive nem o lugar de secretário de alguma das capitânicas deste continente, nem me empregar como naturalista como queria. Depois disso transportei-me para esta cidade do Maranhão aonde o exercício de advogado (há dez meses) não me tem sido possível fazer observações e experiência sobre milhares de objetos dignos de atenção de filósofos, principalmente no que toca ao reino vegetal, havendo muitas plantas utilíssimas para as artes que podem se empregar em tinturarias, medicina, construção de navios e cordearias. Chegando, porém o novo general lembrou-se de mim para pôr em execução as ordens de sua majestade e dirigidas a vossa excelência, e tem determinado que eu vá ao sertão logo que o inverno dê lugar, a fazer análise nas nitreiras naturais, de que dizem que abundam os sertões e acalentam o vosso interesse, que poderão estar atendendo as notáveis circunstância da quantidade de nitro, desta cidade e ao fácil transporte para o porto pelo mar ou rio. Também estou encarregado do Horto botânico desta cidade, assim quando menos esperava me vejo empregado no serviço da majestade soberana.[...] Por isso antecipo vossa excelência para pôr na presença do mesmo soberano o serviço que eu fiz e de que estou encarregado, sem interesse pessoal de salários, mas antes com prejuízo da advocacia a fim de vossa excelência despacha-me se eu o merecer para algum dos empregos que já requeri, ou para que parecer a vossa excelência. Deus guarde a vossa excelência para mim e para o bem do Estado do Maranhão (AHU-MA, 8652).

Conforme, nos assegura citação acima, Vicente Cabral estudou na Universidade de Coimbra após as reformas de 1772, e como todos os jovens dessa época estava à disposição da Coroa portuguesa para serviços que envolvessem os estudos das ciências naturais, mesmo bacharel em Leis, Vicente Cabral sonhava em ingressar na vida científica, pois, era maneira de conseguir prestígio e algum cargo na administração portuguesa. Em São Luís ele estava trabalhando como advogado e responsável pelo Horto botânico da cidade, quando soube da viagem em busca de produtos naturais logo se ofereceu para o serviço.

Vicente Jorge Dias Cabral saiu então para o real serviço acompanhado de um desenhista citado na documentação apenas como Silv. da cidade de São Luís e chegou a Aldeias Altas em 16 de março de 1800 de lá se dirigiu à cidade de Oeiras em 12 de abril do mesmo ano, para se encontrar com o Vigário de Valença, Joaquim José Pereira⁵, que já se

⁵ De acordo com o historiador Tiago Bonato (2010) Joaquim Pereira recebeu o nome de vigário de Valença, devido à referência a sua cidade em que era pároco a cidade de Valença no Piauí, ele tinha um profundo

encontrava na cidade de Oeiras desde oito de maio de 1800, pois, Joaquim Pereira havia saído para o real serviço desde sete de setembro de 1799. Dentre diversos produtos dos três reinos da natureza, a viagem filosófica buscou a exploração da *Quina* uma planta de propriedades medicinais que era muito usada pelos sertanejos para curar qualquer tipo de febre. Na medida em que “ a mais de 50 anos nesta capitania se aplica a casca da nossa quina, com bom sucesso nas febres contínuas e intermitentes, em cozimento ou infusão” (AHU-MA, D. 9555).

As informações sobre a exploração da quina na capitania do Maranhão foram enviadas a Coroa portuguesa desde 1787. Em 26 de outubro de 1787, o então governador da capitania do Maranhão José Teles da Silva (1784-1787) informou a descoberta da quina a Portugal. Já em dois de julho de 1795 o então governador D. Fernando Noronha localizou a planta e fez crítica relacionada à questão da mão de obra, pois, não havia mão de obra qualificada para extraí-la. D. Fernando Noronha enviou um ofício ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho remetendo amostras de salitre, tabaco e quina:

Ao comandante do paquete sobre Bernardo da Costa de Carvalho entreguei um pequeno caixote em que remeto a vossa excelência amostra da casca de uma árvore a que estes habitantes chamam quina e que produz os mesmo efeitos que a casca peruviana, o cirurgião Alvarenga me afirmou ter curado imensas pessoas de sezões e outras febres fazendo o uso da dita casca está que remeto é tirada em Campo Maior capitania do Piauí e me foi mandada pelo mestre de campo Francisco da Costa Rabelo, porém tenho a certeza de haver com toda abundância e de diferentes qualidades nos sertões (AHU-MA, D. 8078).

A ausência de pessoas no sertão que pudessem ajudar os viajantes naturalistas para além do serviço braçal e dar guarida quando eles passavam, com certeza teria facilitado muito o trabalho desses viajantes em busca de minerais. O caso ao qual se refere o governador é apenas um. No sertão não haviam trabalhadores qualificados em quase nada ou nada mesmo. Vicente Cabral na memória intitulada: *Ensaio Econômico da Quina do Piauí* do ano de 1801,

conhecimento sobre os sertões. Ele narra que cruzou os sertões de Pernambuco e Maranhão, vivendo cerca de doze anos. Sua trajetória de vida é pouco conhecida. O vigário fala em uma das suas memórias, sobre o local do seu nascimento Carnoza Correa. Ele ficou famoso nas vilas onde morou, na ribeira do Apody, ele teria fundado em 1783 um colégio de Latim. Por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho o vigário realizou no mínimo três viagens: Uma pela Ribeira do Apody, nos anos e 1793, da qual resultou a Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. No ano de 1792 o vigário partiu da vila de Portalegre, no sertão do Atual estado do Rio grande do Norte, Joaquim José seguiu até São Luiz do Maranhão e dali para a exploração dos sertões da capitania entre 1794 e 1796. Dessa viagem resultou a Memória que contém a descrição e a problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão, que igualmente diz o número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida e consagrada ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro, ministro e secretário de estado e negócios da marinha. Em 1799, o vigário inicia outra viagem, desta vez pelos sertões do Maranhão e Piauí. Mais uma vez o ponto de partida foi a capital São Luiz. Depois de subir o Rio Munim em direção ao leste da capitania, e visitar algumas vilas nos primeiros meses da viagem, ele encontrou o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral para prosseguimento da viagem.

destinado ao governador da capitania do Maranhão D. Diogo de Sousa, fez um rico estudo sobre a quina encontrada no sertão. A memória está dividida em cinco capítulos: *Sobre a classificação da nossa quina, Sobre a cultura da nossa quina, Sobre a conservação da nossa quina e Sobre a exportação da quina.*

De acordo com a análise da documentação estudada as considerações sobre a quina foram enviadas para a Coroa em 15 de janeiro de 1800 acompanhado da cópia do Ofício que tinha sido enviado pelo Ministro da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 19 de setembro de 1799 que o “obrigava” a fazer diversas remessas da quina e ser mais detalhista em relação à análise da planta, começando pela descrição da árvore, lugares que ela crescia, diversidades, conservação e extração. Vicente Cabral relatou que a quina encontrada na sua viagem filosófica difere da peruviana (encontrada no Peru), a do sertão do Maranhão era igual a encontrada no Rio São Francisco e Ceará. A descrição da Quina feita por Vicente Cabral é a seguinte:

Uma pequena árvore que cresce até uma pequena altura de nove a dez pés, as flores são em ramalhetes ou às vezes se encontram flores solitárias. A planta floresce no tempo do inverno, ou de janeiro por diante nos meses de março, abril e maio, frutifica em junho e no mês julho as suas cápsulas já estão abertas, isso quando acontece a estação regular. [...]. As plantas eram encontradas em lugares de colinas e pedregulhos secos, e também em lugares secos e planos. Havia a quina que nascia nos riachos ou em lugares frescos, essas tinham um tronco liso e acinzentado e a flor era de cor amarela. (AHU-MA, D. 9555)

Por conta da diversidade da quina encontrada no sertão, Vicente Cabral faz uma distinção entre as plantas, primeira relacionada a coloração da flor: Quina amarela, Quina roxa e Quina branca. A outra distinção foi em relação às localidades à divisão ficou da seguinte forma: Quina das caatingas: as plantas de tronco reto simples e encontradas em maior quantidade a flor de cores branca e amarela e Quina dos riachos: a planta que tem muitos troncos, os ramos são espalhados sem copa e a flor é roxa.

Em relação a cultura da quina Vicente Cabral observa que não era comum o cultivo da quina no sertão, pois, a cada passo que era dado por eles na viagem se encontrava a planta, por conta disso, os sertanejos acreditavam ser desnecessário o trabalho de cultivo da quina, já que a árvore era nativa da região. A quina nascia como já foi observado em todos os terrenos, secos e frescos, montes e planícies, de pedregoso e arenoso. As árvores de quina que floresciam nas caatingas eram maiores e mais elevadas enquanto as que floresciam em terrenos secos eram as mais atrofiadas e conseqüentemente menores.

Sobre as remessas e extração da planta. A primeira remessa foi enviada do Engenho de Brejo que pertencia à freguesia de Oeiras, já da Vila de Valença foi feita a maior remessa de quina, nessa vila florescia em abundância a quina recebendo a denominação de quina das caatingas. Na extração das remessas que seriam enviadas à Coroa de acordo com a descrição, não houve falsificação com misturas de cascas de outras plantas. Vicente Cabral destacou que teve todo o cuidado no momento de secar as cascas antes de enviar ao governador D. Diogo de Sousa. Em relação à questão de possíveis adulterações no momento do envio das remessas, ficou claro que nenhuma remessa poderia ser despachada sem uma devida observação para proceder ao exame da identidade das cascas, para evitar possíveis adulterações com misturas de outras cascas.

O Vigário de Valença em Memória sobre produções nativas, caracteriza a quina encontrada por eles na “viagem filosófica”: quinaquinapiauiensis, que segundo o vigário é diferente das outras espécies já encontradas, pois a quina do Piauí teria uma nova propriedade além de antifebril é antisséptica, e não alterada com misturas de outras cascas. Assim descreve o Vigário (AHU-MA, D.9595): “O caso aproveitou a quina piauiense como milagroso vegetal descoberto nesta conquista, no atual serviço do príncipe regente nosso senhor” (Grifo nosso). O vigário nesta citação apresenta que essa nova espécie de quina foi encontrada na sua expedição a serviço da Coroa portuguesa.

É descrito pelo Vigário de Valença dois casos de pessoas que estavam doentes e foram tratadas com o uso da *quinaquina piauienses* e em especial por conta da sua nova propriedade (ser antisséptica). A primeira é a descrição de um sertanejo que estava com doença sexualmente transmissível:

No mês de agosto de 1800 um homem de idade de quarenta e oito anos foi acometido de uma gonorreia violenta por exercício violento que fez do cavalo lhe sobreveio uma grande inflamação nas partes genitais e escroto que ficou este com uma área imoral da grandeza de uma abobora, cujo doente prostrando de forças não se movia e estava deitado de costa serviram dezesseis dias: por seu próprio conselho tinha tomado mais de dezesseis sangrias usado dos seus remédios rústicos que não aproveitaram de sorte que sobrevivendo uma grande de materiais por sufocação de espiritas a todo o escroto se mordicaram as partes de sorte se espalhavam pela vizinhança da casa do doente o cheiro cadavérico proveniente da sua urina, e surtindo todos esses efeitos a cada passo minava involuntariamente com febre continua, convulsões as extremidades frias a vista espantada, a língua áspera como uma lixa, a fala balbuciante, os pulsos convulsos e com intercadências. Depois de mutiladas a parte gangrenada até ser aberta a capsula membranosa e ficarem patentes os testículos um estava árido e lívido com um ponto denegrido na parte média, o outro ataques inflamatórios que tudo foi remediado pela virtude da quina do Piauí aplicada interna e externamente (AHU-MA, D. 9555).

O outro caso descrito na documentação é de um capitão que se chamava Theodozio Ribeiro de Carvalho, que também estava acometido da mesma doença e usou a quinaquinapiauiensis e a sua nova propriedade descoberta na viagem filosófica tratou o doente:

Estava acometido de uma grangrena com cheiro cadavérico e com sinais mais terríveis nas partes genitais o capitão Theodozio Ribeiro de Carvalho que havia nos acompanhado por um certo tempo preciso ao Real serviço o qual desesperado com a vida socorri cortando-lhe as partes podres com uma navalha de barba e as embalsamei com a quina piauiense e pedra hume, bebendo da mesma quina e até usando emplastos dela pelo método mais conveniente e oportuno. Essa aqui Excelentíssimo senhor à exposição do caso deixando por agora de ser mais difuso. Este motivo de crédito para este vegetal milagroso e que me obrigou a dar agora a sua descrição (AHU-MA, D. 9555).

Vigário de Valença, exalta a “descoberta” da quina na expedição. Informou que o uso da planta desenvolveria a medicina portuguesa e a partir daquela descoberta a medicina poderia avançar e até concorrer com outros países europeu como, por exemplo, a França e Inglaterra, demonstrando assim, que existia certa rivalidade entre as nações europeias relacionadas ao descobrimento de produtos naturais nesse momento.

Este grande desejo de insistir aos maiores homens e mais gloriosos na prática da medicina tem feito a vantagem maior nos seus progressos principalmente no reino de Portugal e por isso posso excelentíssimo senhor que a medicina portuguesa está hoje tão celebre e vantajosa que não há de menor merecimento que a da França nem menos que a da Inglaterra e mais países da Europa e não é isto excelentíssimo senhor gloria para a pátria, haver quem decida da utilidade e virtude dos remédios daqueles não vistos nos pises de Portugal? (AHU-MA, D. 9555).

A quina não era objeto de interesse apenas da Coroa portuguesa, a corrida para encontrar a planta medicinal era intensa e na América espanhola, como já foi dito, a quina foi um produto muito explorado nas viagens filosóficas. Vicente Cabral escreveu um texto dedicado exclusivamente à planta que eles denominaram de *quinaquina piauienses*, já enunciado nesse artigo intitulado: *Ensaio Econômico da Quina do Piauí*. Neste manuscrito Vicente Cabral salientou outra propriedade da quina, além de antifebril e antisséptica, ela poderia ser usada também na tinturaria, sempre procurando acrescentar mais utilidades à quina encontrada na *viagem filosófica*.

A “*Viagem filosófica*” de Vicente Jorge Dias Cabral terminou em dezembro de 1802 momento em que os viajantes retornam à São Luís, como informou o Vigário de Valença: “Saímos da freguesia do Itapecuru a vinte e sete e chegamos à cidade do Maranhão a vinte e

nove do referido mês de dezembro onde me acho no exercício desta escrita tendente ao real serviço relativo aos trabalhos da minha viagem” (AHU-MA, D. 9555).

Considerações finais

As ideias iluministas se alastraram por toda Europa, e em Portugal elas tiveram então a exaltação da razão e do cientificismo em detrimento de outras áreas do conhecimento, essencialmente aquelas que colocavam em risco o Império Português e seus domínios ultramarinos. No período que D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente do ministério da Marinha e Ultramar, a Coroa buscou ainda mais fortalecer os seus domínios, voltando seus olhos para a América portuguesa incorporando no seu programa de reformas os jovens letrados da elite colonial, concedendo bolsas de estudos na Universidade de Coimbra para esses jovens.

O governador da capitania do Maranhão adquiriu o papel de intermediário entre a Coroa e os viajantes. Todas as remessas, pedidos de livros ou qualquer outra coisa que fosse necessária para a execução do real serviço eram remetidos ao governador e ele repassava para o ministro D. Rodrigo Coutinho. O próprio Vicente Cabral havia pedido na época da expedição remessas de livros para a Coroa, posso citar, por exemplo, dois volumes da mineralogia de Bergman, a memória de Manuel Arruda da Câmara, que foi contemporâneo de Vicente Cabral na Universidade de Coimbra e a Quinografia portuguesa, coleção produzida por frei Veloso sobre vinte e duas espécies de quina.

REFERÊNCIAS

- **Documentação**

Arquivo Histórico Ultramarino-Projeto resgate (AHU-MA).

Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.

Museu de História Nacional.

- **Manuscritos**

AHU_ALC_CU009, Cx. 128, D. 9595.

AHU_CL_CU_009, Cx. 127, D. 9555.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 111, D. 8652.

AHU_CL_CU_009, D.8078.

MUHNAC-UL, AHMUL, AHMB, REM.59.

- **Bibliografia**

BONATO, Thiago. **O olhar, a descrição:** A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem no final do período colonial (1783-1822). Curitiba, 2010.

BOURGUET, Marie-Noëlle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (Org.). **O Homem do iluminismo.** Tradução de Maria Georgina Segurado, Lisboa: Editorial Presença, 1997.

_____. **Viagens do olhar:** relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro (1783-1822). Guarapuava, Unicentro, 2014.

CRISTÓVÃO, Fernando. **O olhar do viajante:** Dos navegadores aos exploradores. Almedina/Clepul, Coimbra, 2002.

_____. **Condicionantes Culturais da literatura de viagens estudos e biografias.** Almedina/Clepul, Coimbra, 2002.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império:** Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sete letras. 1994.

MEIRELES, Mario Martins. **Dom Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804).** São Luís: SIOGE, 1979.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da. Os colonos cientistas da América portuguesa: questões historiográficas, **Revista de história regional** (19) 1, p.7-34, 2014.<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rh>.

_____. O conhecimento científico na caatinga no século XVIII. In: KURY, lorelai.(org) **Sertões adentro:** viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro, 2014.

PATACA, Ermelinda. **Terra, água, ar nas viagens científicas portuguesas.** Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.